

Ministério analisa caso da Secretaria do Distrito Federal

SÉRGIO PARDELLAS
REPÓRTER DO JB

O Ministério da Saúde estabeleceu um prazo de 48 dias para que a Secretaria de Saúde do DF apresente sua defesa no processo que pede o fim da autonomia do governo local na gestão dos recursos repassados pela União ao setor.

O comunicado foi feito ontem pelo secretário-executivo do ministério, Gastão Wagner, durante reunião com representantes de conselhos estaduais de saúde e o secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino.

Segundo o Ministério da Saúde, o que motivou a iniciativa foram os primeiros resultados de uma auditoria no último mês para apurar supostas irregularidades.

A proposta para acabar com a gestão plena do GDF foi feita durante uma reunião da Comissão Intergestora Tripartite — com representantes da União e Secretário de Atenção à Saúde, Jorge Sol-la.

— Os motivos que levaram o Ministério da Saúde a deflagrar esse processo são as inúmeras distorções, irregularidades, denúncias comprovadas e o não saneamento dessas questões ao longo dos últimos três anos — diz o relatório entregue ontem a Bernardino.

Consumada a desabilitação da gestão plena, o governo do DF, apesar de continuar a receber os repasses do Sistema Único de Saúde (SUS), deixa de ter autonomia para gerenciar os recursos federais, se tornando apenas um prestador de serviços.

Na prática, o GDF perde a prerrogativa de poder remanejar verbas destinadas à Saúde como aconteceu em anos anteriores. Quem passa a responder pela destinação das verbas para a Saúde no DF é o governo federal. Hoje, o governo local recebe cerca de R\$ 15 milhões mensais para o setor.

O secretário executivo do ministério, Gastão Wagner, disse estar espantado com o volume de problemas relacionados à área da Saúde do DF. Segundo ele, não há uma predisposi-

ção do governo federal em limitar a atuação do governo do DF, como têm afirmado algumas autoridades locais.

—Abrimos um procedimento de rotina, a intenção é apoiar o DF na superação de problemas para que a população seja melhor atendida — ressaltou.

Dentre as irregularidades apontadas estão sobretudo a falta de medicamentos. No entanto, o que mais alarmou o governo federal foi o resultado de uma análise orçamentária e financeira do Plano de Saúde do DF para 2003. Apesar da escassez de medicamentos, o Grupo Tarefa do governo federal descobriu que R\$ 34,5 milhões repassados pelo governo estavam apli-

cados em fundos DI. O secretário de Saúde do DF, Arnaldo Bernardino, anunciou que vai buscar apoio das entidades médicas de Brasília para evitar o que chama de "ingerência do governo federal na administração local".

— Vamos provar na nossa defesa que as dificuldades apontadas estão sendo e vão ser superadas. O que falta é o realinho da conduta — disse.

**Wagner
está
espantado
com os
problemas
do setor**